



### **O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA NO EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL: Percepção e atuação dos discentes de uma instituição de ensino superior**

**José Romário de Gois Lima**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Ronaldo José Rêgo de Araújo**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**José Jailson da Silva**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Cícero Elielson de Mendonça Oliveira**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

#### **RESUMO**

O presente trabalho teve como objetivo a análise sobre a forma como os estudantes das Ciências Contábeis, Econômicas e Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte têm exercido o Controle Social na gestão dos recursos públicos, a partir da utilização dos Portais da Transparência. E para que tal objetivo fosse alcançado, fez-se necessária a aplicação de um questionário aos discentes, tendo como meta verificar até que ponto as informações disponibilizadas nos Portais da Transparência deram base para o exercício do Controle Social pelos discentes, levantar qual a opinião dos pesquisados no que tange à importância da disponibilidade das informações prestadas pelos Portais da Transparência e analisar o nível de participação dos graduandos no Controle Social. Ao todo, participaram 137 alunos dos referidos cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A análise dos dados coletados deu suporte para o conhecimento sobre a atuação dos discentes no Controle Social, a partir da utilização dos Portais da Transparência. Desse modo, chegou-se ao resultado que mesmo os discentes conhecendo a importância do Controle Social e sabendo que os Portais da Transparência são ferramentas facilitadoras, a maioria dos participantes tem baixa participação no Controle Social e não se acharam estimulados a participar do exame dos dados inseridos nos Portais da Transparência.

**Palavras-chave:** Controle Social. Portais da Transparência. Recursos Públicos.



## 1 INTRODUÇÃO

Já é quase corriqueiro ver nos noticiários casos de corrupção envolvendo políticos, além disso denotar a má gestão dos recursos públicos, esse fato pode ser justificado pela falta de controle. No cenário nacional, os casos mais recentes e famosos foram os chamados Mensalão, operação Zelotes, Lava Jato, entre tantas outras ações dos órgãos de investigação, que descobriram o desvio de dinheiro público; já no contexto estadual, o caso mais hodierno é o da Assembleia Legislativa Estadual, que segundo investigação do Ministério Público, estava superlotada de funcionários fantasmas.

Enquanto corruptos dilapidam o patrimônio público, parece ser cada vez mais pesada a carga de tributos que os contribuintes pagam. A corrupção pode até ser a principal causa do poder público não oferecer a população bens e serviços públicos de qualidade, como forma de retorno dos recursos por eles empregados na forma de tributo. A corrupção provoca sérios danos à sociedade, como: pessoas morrendo por falta de atendimento médico, uma educação de baixa qualidade por falta de profissionais e investimentos, estradas esburacadas por negligência de reparos, entre muitos outros efeitos colaterais. Contudo, a corrupção é apenas uma das causas desses problemas, a qualidade do gasto público e a falta do controle social também têm efeitos devastadores.

A partir dessa reflexão fica claro que só há um jeito de um país ter uma gestão pública de qualidade, que é uma participação ativa da população no planejamento, execução e na prestação de contas dos atos dos administradores públicos. Na iniciativa privada existe um provérbio que expressa esse pensamento de que o beneficiado com a ação de outro deve estar em alerta, no sentido de averiguar como os recursos estão sendo usados para conseguir os objetivos, essa sabedoria popular diz que *“quem atira com a pólvora alheia não mede distância”*.

No entanto, a população muitas vezes está tão atarefada na luta por uma melhor condição de vida que se esquece de olhar para o trabalho daqueles que são funcionários do povo, ou seja, as atividades do dia-dia não deixam vermos que não adianta muito aumentar o seu salário se o Estado não oferece um retorno adequado daquela parte que o cidadão destina ao Estado na forma de tributos.

Nesse contexto, sobra para aqueles que estão mais próximos dos espaços geradores de opinião, a responsabilidade de fomentar a participação social na gestão daqueles que direta ou indiretamente representam o direito do coletivo. Dessa forma, o espaço acadêmico apresenta-se como o local adequado para a discursão sobre a transparência no setor público e o controle social.

Desse modo, tornam-se pertinentes discussões do que seria a transparência pública e o controle social, a fim de fornecer base conceitual para a investigação proposta neste trabalho.

Quanto à transparência pública, ela é tida como o dever de todo órgão público de informar como está sendo gasto os recursos da sociedade, de forma clara e de fácil compreensão. Nesse processo de transparência, um dos grandes marcos foi a implantação do portal da Transparência do Governo Federal em 2004, que foi adotado posteriormente por vários estados, municípios e órgãos públicos de todo Brasil, possibilitando o acompanhamento quase que em tempo real das contas das entidades governamentais.

No tocante ao controle social, ele representa a participação de toda a sociedade na fiscalização da gerência da máquina pública. O Brasil é um país de grande dimensão, o que dificulta a ação eficaz dos organismos institucionais de controle. Além de contribuir com o uso adequado dos recursos públicos, o controle exercido pelo cidadão coíbe os casos de corrupção que infelizmente são tão frequentes no Brasil.



Diante do contexto apresentado, faz-se mister estabelecer o seguinte questionamento orientador desta pesquisa: de que forma os estudantes das Ciências Contábeis, Econômicas e Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte têm exercido o Controle Social na gestão dos recursos públicos a partir da utilização dos Portais da Transparência?

Visando responder esta inquietação, além desta introdução, este estudo está estruturado de modo a fazer uma breve revisão literária dos principais assuntos relacionados aos mecanismos de controle social no próximo tópico. O terceiro tópico apresenta os elementos metodológicos desenvolvidos na pesquisa, seguido dos resultados e as principais considerações finais passíveis de serem realizadas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Controle Social

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve uma evolução dos conceitos que tratavam da necessidade da melhor gestão dos recursos públicos, assim como da participação ativa da sociedade na gestão destes recursos, através da colaboração na construção de políticas públicas, (Santos H. M., 2004). Nesse contexto, a questão do controle social foi incorporada de modo a fomentar a participação das entidades classistas, do movimento popular e da sociedade como um todo.

A Constituição de 1988 ficou conhecida como a “constituição cidadã”, pois, na visão de Serafim (2008), a mesma estabeleceu as bases para que diversos mecanismos de participação popular e controle da sociedade com relação às políticas públicas e ações do Estado fossem criados, a exemplo dos Conselhos de Políticas Públicas, dos Orçamentos Participativos, dentre outros instrumentos incorporados à legislação brasileira nos últimos 20 anos.

O controle exercido pela sociedade na gestão pública é entendido como a capacidade que a sociedade organizada tem de intervir nas políticas públicas de forma participativa com o Estado na identificação das prioridades, na elaboração dos planos de ações governamentais nas três esferas, na fiscalização do cumprimento das metas e da aplicação dos recursos públicos (Agenda Pública, 2011).

Além de fomentar a gestão participativa, o controle social é um instrumento que colabora com o controle institucional da gestão dos administradores públicos. Nesse ínterim, o cidadão exerce o controle na gestão pública para suprir as lacunas deixadas pelas instituições de controle, como um mecanismo de prevenção à corrupção e que fortalece a cidadania (Escola de Administração Fazendária – Esaf, 2014). Como mecanismo de controle social, pode ser considerado a participação individual do cidadão, em grupo e os conselhos gestores de políticas públicas também são exemplos de canais efetivos de participação.

Entende-se, pois, que o controle exercido pela sociedade de forma forte e frequente pode inibir os casos de corrupção que envolve a má aplicação dos recursos públicos por parte dos agentes que os administram. Como o Brasil tem dimensões continentais, a sociedade, por meio do controle social, tem melhores condições de identificar ações que possam causar prejuízo ao interesse público, pois a distância que os governos têm dos problemas e das necessidades da população limita a fiscalização realizada pelos órgãos de controle (Brasil, 2012).

### 2.2 Transparência na Gestão Pública e *Accountability*

A transparência das ações governamentais é um dever de todo gestor público, devendo além de dar publicidade de todos os seus atos, deve informar como foram aplicados os recursos públicos. Contudo, tais informações têm que ser prestadas em uma linguagem clara



de modo a ser compreendida pelo cidadão, para que assim o cidadão possa fiscalizar e participar da gestão, fortalecendo a democracia e desenvolvendo as noções de cidadania (Controladoria-Geral da União - CGU, 2012).

Campos, Paiva e Gomes (2013), a transparência na administração pública está vinculada ao princípio constitucional da publicidade e aos subprincípios da motivação e participação popular na gestão administrativa, sendo mais do que a divulgação dos atos administrativos nos órgãos oficiais de imprensa, chegando ao patamar de traçar a instrução dos cidadãos através de informações que os habilitam a decidir e escolher representantes comprometidos com desenvolvimento do patrimônio público, desse modo contribuindo com *accountability* e inibindo a corrupção.

Quanto ao estudo da *Accountability*, é preciso destacar que este termo tem gerado grande inquietação dos estudiosos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, uma vez que a literatura não apresenta um conceito consolidado em relação ao tema, havendo, pois, essa lacuna, vários Autores deram suas contribuições para que seja estabelecido um conceito teórico. No entanto, até o momento o que existe são pontos de vista em torno do assunto.

Para Figueiredo e Santos (2014), a compreensão do termo *accountability* é prejudicada justamente pela ausência de uma palavra que determine seu significado, ou seja, não há tradução exata do termo para o português.

Contudo, há de se registrar que os estudos acerca do entendimento da *accountability* no idioma português tiveram início, até onde se sabe, com a pesquisadora Anna Maria Campos, quando a mesma estava cursando pós-graduação em Administração Pública nos EUA em 1975, quando ouviu pela primeira vez o referido termo. A partir de então, começou a pesquisar a respeito da tradução de tal palavra.

No entanto, após várias tentativas frustradas de se chegar a uma tradução para o tema a Autora passa a concentrar seus esforços no sentido de chegar a um conceito que pudesse explicar o que seria a *accountability*. Decorrido muito tempo de pesquisa, a catedrática chega à conclusão que o termo pesquisado refere-se a uma questão de democracia (Campos, 1990).

No entendimento de Pereira, Silva e Araújo (2014), a *accountability* já é de forma recorrentemente aceita como responsabilização individual pelos atos emanados devendo este prestar conta de seus atos seja na esfera pública ou na privada.

No entanto, para que a transparência das ações governamentais e a *accountability* seja efetivada, sobretudo no tocante à gestão e aplicação de recursos públicos, faz-se necessário o uso de uma ferramenta que forneça informações a respeito das entidades públicas. Esta ferramenta é a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, tendo em vista que esta é o ramo da Ciência Contábil responsável por gerar informações que auxilia no controle patrimonial, financeiro e orçamentário das entidades do setor público (Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional, 2012).

Dessa forma, a Contabilidade como mecanismo de informações cria precedentes para implantação de um canal de acesso ao controle social, atendendo aos interesses dos cidadãos, assim como à transparência da gestão pública e *Accountability*, atendendo aos interesses dos gestores públicos.

### 2.4 Aspectos Legais da Transparência

A análise da legislação em relação ao direito do cidadão às informações públicas começa com a revisão da Lei 12.527 de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que discorre no seu Art. 3º sobre o direito fundamental de acesso à informação e, no mesmo artigo ainda, afirma que os procedimentos previstos no referido texto normativo têm a função de assegurar o direito à informação.



Com isso, entende-se que o atendimento ao direito da informação deve seguir os princípios da administração pública, assim como tratar a informação sigilosa como exceção à regra, devendo, pois, divulgar todas as demais informações que sejam de interesse público, independente da sua solicitação, usufruir da tecnologia da informação e fomentar a cultura da transparência e do controle social na administração pública (Brasil, 2011).

Ainda na Lei de Acesso à Informação, no seu Art. 5º, o direito a informação pelo cidadão, de forma individual ou através de uma instituição, é reafirmada de forma a colocar o Estado como devedor da prestação das informações e ainda devendo ele fornecer tal serviço de forma objetiva e ágil, prestando informações claras e em linguagem de fácil compreensão.

Já a Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000), no parágrafo II do Art. 48 e no Art. 48-A, legisla sobre a garantia do acesso às informações a respeito da execução orçamentária e financeira da receita e da despesa pública em meios eletrônicos devendo os entes de a Federação prestar a qualquer pessoa física ou jurídica tais informações.

Assim como nas demais leis citadas nos parágrafos anteriores, o direito a informação é assegurado na Lei 8.112 de 1990 (Lei do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil da União) na alínea “a” do parágrafo V no art. 116, na forma de obrigação do servidor público em prestar as informações requeridas pelo público, sendo ressalvadas apenas as informações julgadas sigilosas.

O acesso à informação é elemento que deriva da vontade constitucional, de modo a expressar os atos proferidos pelo poder público, possibilitando a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações de caráter público dos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público, bem como de entidades privadas sem fins lucrativos no que se refere ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas recebidos.

## 2.5 Estado da arte

O quadro 1 apresenta uma estratificação das pesquisas brasileiras que envolvem o entendimento e os desdobramentos à cerca da implantação dos portais da transparências pelas entidades governamentais. Embora haja inúmeros questionamentos inerentes ao efeito dos portais da transparência, verifica-se uma carência com relação à percepção da população e as informações dispostas neles, assim como o nível de aderência da população ao uso dos portais da transparência como mecanismo de controle social, objeto desta investigação.

**Quadro 1 – Estudos anteriores sobre a transparência e o controle social.**

Autor/ano	Título	Objetivo(s)	Resultados
Figueiredo e Santos (2014).	Transparência e participação social da gestão pública: análise crítica das propostas apresentadas na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência Pública	Contribuir para a reflexão sobre transparência e participação social da gestão pública brasileira.	O processo de conscientização da sociedade quanto à importância da população utilizar os instrumentos de participação é um processo de longo prazo.
Santos (2004).	CONTROLE SOCIAL E GESTÃO PÚBLICA: ensaio sobre o uso de indicadores de desempenho para a ampliação da Democracia	Contribuir no debate para ampliação e avanços na formatação do controle social do Departamento Municipal de Água e Esgotos do Município de Porto Alegre.	É possível gerenciar com eficiência os serviços de água numa gestão pública.



	Participativa.		
Hosser, Cruz, Machado e Quintana (2015).	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: um estudo comparativo entre os Municípios de Porto Alegre e Pelotas.	Analisar os Portais de Transparência dos Municípios gaúchos de Pelotas e Porto Alegre, com o intuito de analisar o conteúdo disponibilizado nos portais de transparência de tais municípios.	Os achados indicam que há muitas oportunidades de melhoria nos Portais de Transparência de ambos os municípios selecionados para estudo.
Souza, Barros, Araujo e Silva (2013).	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte.	Analisar a transparência dos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte (RN), a partir da metodologia proposta por Biderman e Puttomatti (2011).	Os municípios pesquisados ainda precisam melhorar o nível de transparência de suas informações, para que os cidadãos possam ter um melhor contato com o que é disponibilizado em seus portais eletrônicos e para que a população possa exercer o controle social mais eficaz perante as ações dos atos da gestão pública.
Cruz e Ferreira (2008).	TRANSPARÊNCIA NA ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ORÇAMENTO MUNICIPAL: um estudo em um município brasileiro.	Identificar as ações utilizadas pelo município de Feira de Santana (BA) no período de 1997-2004 para tornar transparente o processo de elaboração do orçamento e evidenciar os relatórios e outras informações concernentes à execução orçamentária.	Os resultados revelam que a transparência como aspecto político do processo orçamentário apresentou-se incipiente no município de Feira de Santana no período analisado, embora se tenha verificado melhoria a partir da segunda gestão.
Pinho (2008).	INVESTIGANDO PORTAIS DE GOVERNO ELETRÔNICO DE ESTADOS NO BRASIL: muita tecnologia, pouca democracia.	Investiga portais de governos estaduais no Brasil, para detectar os movimentos do governo eletrônico que pretendem aprofundar a democracia por meio de processos digitais.	Os portais, de uma maneira geral, têm recursos tecnológicos adequados, existem boas condições de navegação, de busca de informações. Assim, a tecnologia parece não ser um problema. No entanto, alguns portais poderiam ser melhorados em termos da comunicação e da disponibilização das informações, o que demandaria um esforço aparentemente apenas tecnológico, e que, no fundo, representaria um compromisso de respeito com a comunidade.

Fonte: elaborado pelos autores (2016).

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1 Tipologia da Pesquisa

Seguindo os conceitos de Gil (1999) quanto à forma de abordagem do problema de pesquisa, pesquisa quantitativa é *“aquela que trabalha com dados que podem ser*



quantificados”, ou seja, faz-se necessário o emprego de recursos estatísticos. Já do ponto de vista qualitativo, a pesquisa analisa fenômenos cujas interpretações são mais subjetivas.

Dessa forma, este trabalho de pesquisa tem uma abordagem predominantemente qualitativa, no entanto, muitas vezes foi recorrido a dados quantitativos. As respostas foram obtidas, na sua maioria, através de perguntas que poderiam ser respondidas de forma objetiva, todavia, como em qualquer pesquisa de opinião, o questionamento que trata de questões subjetivas se fez fundamental para a concepção dos objetivos estabelecidos neste estudo.

Quanto à percepção de seus objetivos, e tomando como base o estabelecido por Gil (1999), a pesquisa é descritiva, pois tem como objetivo de estabelecer relações entre variáveis, no caso à influência dos portais da transparência no exercício do controle social dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis, Administrativas e Econômicas de uma universidade, pela coleta de dados através de aplicação de questionário.

Ainda segundo os conceitos de Gil (1999) pode-se classificar a pesquisa, quanto ao procedimento técnico, em levantamento, pois o trabalho envolve a indagação direta de pessoas, as quais se desejam conhecer o comportamento quanto à percepção dos portais da transparência como ferramenta de controle social.

### 3.2 Universo e Amostra

Entende-se que o universo deste estudo compreende os discentes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, os quais, um conjunto deles, serviram de amostras para facilitar o alcance do objetivo proposto, sendo esta obtida por acessibilidade. O Quadro 2 detalha o Universo e a amostra deste estudo.

**Tabela 1 – Universo e Amostra da pesquisa.**

<b>Curso:</b>	<b>Nº da população</b>	<b>nº da amostra</b>	<b>% da amostra</b>
Administração	857	44	5,13
Ciências Contábeis	726	53	7,30
Economia	293	40	13,65
<b>Total</b>	<b>1.876</b>	<b>137</b>	<b>7,30</b>

Fonte: elaborado pelos autores (2016).

### 3.3 Instrumento e Processo de Coleta de Dados

Como ferramenta de coleta de dados o presente estudo utilizou o questionário, em anexo, que de modo geral foi estruturado de questões de múltipla escolha.

No tocante ao processo de coleta de dados, foi realizada a aplicação de questionário, na versão impressa, a alguns dos discentes que se encontravam nas dependências do Centro de Ciências Sociais Aplicadas-CCSA da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, fato ocorrido no período de nove a treze de maio do ano de dois mil e dezesseis.

A coleta dos dados gerou um montante de 137 questionários válidos, os quais eram compostos de onze perguntas pertinentes ao tema deste trabalho, sendo que os dados gerados foram tabulados em planilhas que deram origem as tabelas que serão apresentadas a seguir, com a respectiva interpretação e análises dos dados.

## 4 RESULTADOS E ANÁLISES

A análise descritiva da amostra permite afirmar que esta pesquisa obteve um público respondente totalizando 137 alunos, sendo: 42% do curso de Ciências Contábeis, 32% do curso de Administração e 25% do curso de Economia.



O primeiro questionamento sobre o caso indaga os discentes sobre o que é o controle social, visando à escolha de uma entre 03 (três) opções. O detalhamento das respostas, apresentados na Tabela 1, apresenta os dados obtidos por meio do questionário aplicado sobre o entendimento do aluno no tocante ao Controle Social, de forma a pesquisar a visão do público alvo sobre o real entendimento da temática.

**Tabela 1 - Entendimento dos alunos quanto ao Controle Social**

Cursos	Gênero																		Total	%
	Masculino						Feminino						Faixa Etária (em anos)							
	Até 18			De 19 a 25			De 26 a 30			Acima de 30										
A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C			
Administ.	0	15	5	0	24	0	0	4	0	0	20	4	0	7	0	0	8	1	44	32
Contábeis	0	24	2	1	25	1	0	0	0	1	28	2	0	9	0	0	12	1	53	39
Economia	3	24	2	1	10	0	2	3	0	2	24	1	0	5	0	0	2	1	40	29
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>63</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>59</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>72</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>137</b>	<b>100</b>
Total Geral	Total A		5			3,65%														
	Total B		122			89,05%														
	Total C		10			7,30%														

**Nota:** A - A gestão das finanças pessoais; B - A participação do cidadão na gestão da máquina pública; C - A política de contenção da criminalidade.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

A partir destes dados, pode-se perceber que a maioria dos alunos, 89% da amostra, independentemente do gênero, curso ou faixa etária conhecem o significado do controle social. No entanto, ainda há 10% dos alunos que assinalaram questões que não condizem com o conceito do controle social, equivalente a 15 alunos.

Notou-se que não há muita diferença entre os cursos com relação ao conceito falho do controle social. Já com relação à idade, verificou-se que estão concentrados nas faixas etárias mais jovens, sobretudo na que compreende os alunos de 19 a 25 anos, o que implica dizer que alunos mais maduros e/ou com mais experiência têm melhores entendimentos quanto ao controle social.

Alunos que se encontram na faixa etária de 26 a 30 anos foram unânimes em reconhecer que o controle social está relacionado à participação do cidadão na gestão da máquina pública, apresentando uma concepção superior a qualquer outro grupo, com 100% de respostas coerentes ao conceito de controle social, nos cursos de administração, ciências contábeis e economia.

Os discentes com até 18 anos apresentaram o maior índice de respostas distorcidas, tendo uma inclinação para responder que controle social é a gestão das finanças pessoais, talvez levados a responder esse item em razão da pouca experiência de mundo. Contudo, os conhecimentos advindos dos estudos realizados ao longo dos anos já deveriam guiá-los para uma resposta mais categórica, embora não haja grandes distorções.

O público compreendido entre as faixas de 26 a 30 e acima de 30 anos não apresentou nenhuma resposta como sendo o item “a” (a gestão das finanças pessoais), razão pela qual se pode inferir que o público mais experiente consegue fortemente relacionar a natureza do controle social como um elemento de controle governamental, embora haja uma pequena parcela que tenha correlacionado com mecanismos de contenção de criminalidade.



Em seguida, foi realizado questionamento sobre o modo como o cidadão pode contribuir para o controle social. A Tabela 2 demonstra o conjunto de resposta dos discentes sobre este questionamento.

**Tabela 2 - Entendimento dos alunos de como o cidadão pode contribuir para o Controle Social**

Q. 5 Como o cidadão pode contribuir para o Controle Social?																										
Curs.	Gênero								Faixa Etária (em anos)																Tot.	%
	Masculino				Feminino				Até 18				De 19 a 25				De 26 a 30				Acima de 30					
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D		
Adm.	7	0	13	0	2	2	20	0	0	1	3	0	7	0	17	0	1	1	5	0	1	0	8	0	44	33
Cont.	1	2	23	0	3	0	21	1	0	0	0	0	3	2	25	1	0	0	7	0	1	0	12	0	51	38
Econ.	5	0	24	0	1	2	7	0	1	0	4	0	4	2	20	0	1	0	4	0	0	0	3	0	39	29
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>60</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>48</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>62</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>134</b>	<b>100</b>
Total Geral	Total A				19				14,18%																	
	Total B				6				4,47%																	
	Total C				108				80,60%																	
	Total D				1				0,75%																	

**Nota:** A - Votando no candidato mais preparado; B - Não vendendo o voto; C - Conferindo a prestação das contas públicas para poder fiscalizar as atividades governamentais; D - Não vejo possibilidades para isto.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

No que tange a indagação de como os discentes de modo geral dispõem do conhecimento de como o cidadão pode contribuir para o melhoramento do controle social, percebe-se que 80,60% responderam adequadamente.

Uma distorção no padrão de respostas é encontrada nos discentes masculinos que cursam Administração, os quais quase a metade, 07 dentre os 20 alunos, não conseguiram responder adequadamente o questionamento.

Mais uma vez foi constatado que o público com mais de 25 anos apresentaram um grau mais elevado de conhecimento sobre como o cidadão pode contribuir para o controle social, em contraposição ao público até 18 anos de idade que apresenta um menor conhecimento da questão indagada.

Uma única pessoa, do sexo feminino, respondeu que não vê possibilidades para o cidadão contribuir para o Controle Social. Trata-se de uma estudante do curso de Ciências Contábeis, apresentando idade entre 19 e 25 anos. O que demonstra que os alunos sabem que há como contribuir para o Controle Social, embora nem todos saibam efetivamente como.

O item “a” (votando no candidato mais preparado) apresentou um percentual de resposta maior entre os itens que se mostravam inadequados. Talvez por abordar a questão do voto no candidato mais qualificado, elemento que reflete a boa administração pública e da escolha dos representantes da sociedade, tenha sido escolhido por 14,18% (quatorze vírgula dezoito por cento) dos entrevistados.

Numa visão geral, o público pesquisado demonstrou, em sua maioria, que o cidadão pode contribuir para o controle social conferindo a prestação das contas públicas para poder fiscalizar as atividades governamentais, indo ao encontro do espírito da transparência, da legalidade e do bom uso da máquina estatal.

Feitas essas considerações, segue-se para a questão que indaga como os entrevistados consideram a participação deles no controle social. A Tabela 3 demonstra o modelo de comportamento do público entrevistado quanto à participação deles no controle social.

**Tabela 3 – Entendimento dos alunos sobre a participação deles no Controle Social**

Q. 6 Como você considera sua participação no Controle Social?																										
Curs.	Gênero								Faixa Etária (em anos)																Tot.	%
	Masculino				Feminino				Até 18				De 19 a 25				De 26 a 30				Acima de 30					
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D		
Adm.	3	0	15	2	1	1	18	4	0	0	3	1	3	1	16	3	0	0	7	0	1	0	6	2	43	31
Cont.	4	1	13	8	3	0	20	4	0	0	0	0	3	0	22	6	1	0	5	3	3	1	6	3	53	39
Econ.	10	2	13	4	0	2	5	4	0	1	3	1	7	3	11	6	2	0	2	1	2	0	2	0	41	30
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>41</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>43</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>50</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>6</b>	<b>137</b>	<b>100</b>
Total Geral	Total A				21				15,33%																	
	Total B				6				4,38%																	
	Total C				84				61,31%																	
	Total D				26				18,98%																	

**Nota:** A - Ativa; B - Muito ativa; C - Pouco significativa; D - Irrelevante.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

Percebe-se, quanto à participação dos acadêmicos no controle social, a pesquisa revela que 61,31% dos alunos respondentes consideram sua participação no controle social como pouco significativa.

Para surpresa, um grande percentual dos entrevistados (18,21%) disseram ter participação irrelevante no controle social, demonstrando uma grande necessidade de políticas de incentivo à participação popular na fiscalização e na busca da efetivação dos mecanismos de controle dos gastos públicos.

Dentre os discentes, 15,33% disseram ter uma participação ativa, índice bem abaixo do esperado. Situação mais complicada é a relativa ao item “c” (muito ativa), que responde apenas a 4,38% dos entrevistados.

Cabe apontar que os entrevistados do sexo masculino do Curso de Economia disseram participar ativamente (12 alunos dentre 29) e ativamente (02 alunos entre 29) em percentual bem superior aos demais cursos.

Um dado preocupante é que o índice de respostas relativas a um acompanhamento “muito ativo” entre os discentes acima de 30 anos foi zero em todos os públicos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia. Ou seja, os quesitos anteriores demonstraram que o público de maior idade detém maior conhecimento do Controle Social, contudo demonstra-se passivo diante do exercício do controle social.

Visualizar-se, portanto, um afastamento do público analisado da gestão ativa dos bens públicos e um afastamento do acompanhamento das ferramentas disponíveis para uma cultura de fiscalização dos atos públicos e das atividades governamentais.

Observe que o público analisado comporta-se de modo passivo nas decisões da gestão pública e no controle social, podendo se afirmar que grande parte das críticas às ações dos gestores públicos não são refletidas por um acompanhamento efetivo. Esse comportamento passivo do cidadão pode abrir margem para as práticas abusivas e desvios de finalidade dos gestores públicos.



Percebe-se, pois, um amplo aspecto de afastamento do centro de decisão, sem grandes análises dos instrumentos dispostos para acompanhamento público e uma dificuldades de grande parte dos públicos pesquisados de aliar o desejo de melhora da administração pública com uma participação efetiva.

No que tange ao questionamento sobre o objetivo dos portais da transparência, a Tabela 4 dispõe as respostas sobre esta indagação.

**Tabela 4 – Entendimento dos alunos sobre os Portais de Transparência**

Q. 7 Qual é o objetivo dos Portais da Transparência?																										
Curs.	Gênero								Faixa Etária (em anos)																Tot.	%
	Masculino				Feminino				Até 18				De 19 a 25				De 26 a 30				Acima de 30					
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D		
Adm.	19	1	0	0	23	0	1	0	4	0	0	0	23	0	1	0	6	1	0	0	9	0	0	0	44	33
Cont.	26	0	0	0	26	0	0	0	0	0	0	0	31	0	0	0	8	0	0	0	13	0	0	0	52	38
Econ.	27	0	1	0	10	1	0	0	4	1	0	0	26	0	1	0	4	0	0	0	3	0	0	0	39	29
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>59</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>80</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>135</b>	<b>100</b>
Total Geral	Total A				131				97,04%																	
	Total B				2				1,48%																	
	Total C				2				1,48%																	
	Total D				0				0%																	

**Nota:** A - Aumentar a transparência da gestão pública; B - Coibir altos salários na administração na pública; C - Informar os dias de pagamentos dos servidores da união; D - Punir os atos de corrupção.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

Os dados obtidos no questionamento a respeito do conhecimento quanto ao objetivo dos portais da transparência, mostram que os alunos de todas as divisões feitas neste estudo são conhecedores do objetivo dos portais, como pode ser notado na tabela acima onde se mostra que 97,04% (noventa e sete e quatro centésimos por cento) dos participantes marcaram a alternativa considerada coerente.

Dessa forma, percebe-se que os portais da transparência possuem grande penetração social, com conhecimento de um público amplo, que sabem exatamente para o que servem, embora os dados anteriores revelem que os respondentes não se classificam como cidadãos fiscais no processo de fiscalização das ações públicas.

No que se refere à avaliação pelos discentes do grau de importância dos portais da transparência no controle social, a Tabela 5 apresenta os resultados.

**Tabela 5 – Entendimento dos alunos sobre o grau de importância dos portais da transparência no controle social**

Q. 8 Qual a sua avaliação quanto ao grau de importância dos portais da transparência no controle social?																										
Curs.	Gênero								Faixa Etária (em anos)																Tot.	%
	Masculino				Feminino				Até 18				De 19 a 25				De 26 a 30				Acima de 30					
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D		
Adm.	0	0	10	10	0	0	7	17	0	0	1	3	0	0	10	14	0	0	3	4	0	0	3	6	44	32
Cont.	0	1	9	16	1	0	11	15	0	0	0	0	1	1	13	16	0	0	4	5	0	0	3	10	55	40
Econ.	1	1	8	19	1	0	3	7	0	0	3	2	1	1	7	18	1	0	1	3	0	0	0	3	38	28
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>27</b>	<b>45</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>39</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>30</b>	<b>48</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>19</b>	<b>137</b>	<b>100</b>



Total Geral	Total A	3	2,19%
	Total B	2	1,46%
	Total C	48	35,04%
	Total D	84	61,31%

**Nota:** A - Indiferente; B - Pouco importante; C - Importante; D - Muito importante.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

Verifica-se que os alunos consideram de maneira quase que absoluta que os portais têm papel importante ou muito importante no controle social. Apenas uma pequena parcela de um aluno por cada classe estudada escolheu outro grau de importância.

Visualiza-se que os estudantes de Administração avaliam satisfatoriamente o grau de importância dos portais da transparência no controle social, não tendo apresentado resposta além de importante ou muito importante.

O resultado encontrado é condizente com o estabelecido no questionamento acerca do conhecimento do objetivo dos portais pelos alunos. Desta forma fica evidente que a população acadêmica estudada avalia como importante ou muito importante o papel dos portais da transparência.

Posteriormente, indagou-se que(ais) tipo(s) de informação(ões) os discentes buscam nos portais da transparência. A Tabela 6, por sua vez, demonstra os resultados destes quesitos.

**Tabela 6 – Entendimento dos alunos sobre as informações buscadas nos Portais de Transparência**

Q. 9	Que(ais) tipo(s) de informação(ões) você busca nos Portais da Transparência?																								Tot.	%
	Gênero								Faixa Etária (em anos)																	
	Masculino				Feminino				Até 18				De 19 a 25				De 26 a 30				Acima de 30					
A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D			
Adm.	12	5	7	6	15	6	6	7	3	4	3	3	14	5	8	11	3	1	2	3	8	3	2	4	77	37
Cont.	15	9	7	10	15	5	12	7	0	0	0	0	20	8	9	7	4	1	3	3	2	1	5	4	67	32
Econ.	15	10	11	14	6	1	6	2	3	1	1	3	12	5	12	10	3	2	4	2	2	2	0	3	65	31
<b>Total</b>	42	24	25	30	36	12	24	16	6	5	4	6	46	18	29	28	10	4	9	8	12	6	7	11	209	100
Total Geral	Total A				78				37,33%																	
	Total B				36				17,22%																	
	Total C				49				23,45%																	
	Total D				46				22,00%																	

**Nota:** A - Remuneração de servidor; B - Receitas de algum órgão; C - Irregularidade de alguma entidade; D - Despesa de algum órgão.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

Os dados aqui expostos expressam bastante heterogeneidade das repostas entre as diversas assertivas, tendo o item “a” (remuneração de servidor) obtido o maior percentual (37%). Outro elemento bastante procurado nos portais refere-se às receitas de algum órgão (17%), seguido das irregularidade de alguma entidade (23%) e das despesas de algum órgão (22%). Esses dados indicam um amplo aspecto de busca, de modo a indicar que os discentes estão dispersos em várias funcionalidades do mecanismo de pesquisa.

Quanto à avaliação pelos discentes se as informações contidas nos portais são claras, a Tabela 7 apresenta os resultados deste questionamento.

**Tabela 7 – Entendimento dos alunos sobre clareza das informações contidas nos Portais de Transparência**

Q. 10	As informações contidas nos portais são claras para você?																								Tot.	%
	Gênero								Faixa Etária (em anos)																	
	Masculino				Feminino				Até 18				De 19 a 25				De 26 a 30				Acima de 30					
	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D		
Adm.	2	1	13	4	4	1	14	4	2	0	0	2	4	1	14	4	1	1	5	0	5	0	3	1	43	32
Cont.	6	0	16	4	6	0	16	5	0	0	0	0	8	0	17	6	1	0	6	2	3	0	9	1	53	39
Econ.	4	0	19	6	4	1	5	1	1	1	2	1	7	0	18	2	0	0	3	2	0	0	1	2	40	29
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>48</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>35</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>49</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>136</b>	<b>100</b>
Total Geral	Total A				26				19,12%																	
	Total B				3				2,20%																	
	Total C				83				61,03%																	
	Total D				24				17,65%																	

**Nota:** A - São confusas; B - Não entendo; C - São claras; D - São difíceis de entender.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2016).

Os dados apresentados concluíram que os participantes da pesquisa consideram as informações contidas nos portais da transparência como claras, ou seja, as informações consideradas mais procuradas no questionamento anterior, são facilmente compreendidas. Porém, é preciso registrar que os alunos do curso de Administração com faixa etária de até 18, assim como os acima de 30 anos julgaram que as informações são confusas.

Quando junta-se os itens “a” (são confusas), “b” (não entendo) e “d” (são difíceis de entender) têm-se um total de 38,97% (trinta e oito vírgula noventa e sete por cento), caracterizando um percentual ainda elevado de pessoas que acham as informações confusas ou não entendíveis ou difíceis de entender. Dessa forma fica clara a necessidade de se aperfeiçoar a forma como as informações contidas nos portais da transparência são prestadas contas à sociedade.

No que tange à avaliação pelos discentes se a maior facilidade para encontrar informações, proporcionada pelos portais da transparência fez com que eles participassem mais ativamente da gestão dos recursos públicos, percebeu-se que a maioria dos respondentes não foi estimulado a participar do controle social, mesmo com a maior facilidade em encontrar informação causada pela implantação dos portais da transparência.

Cabe registrar que conforme a idade dos alunos vai aumentando mais fortemente é a participação destes no controle social, em detrimento da amplitude na disponibilização das informações a respeito das contas públicas.

Contudo, há de se verificar que a diferença entre aqueles que marcaram o item “a” (não) para os que marcaram o item “b” (sim) foi pequena, apenas 3,64%, razão pela qual é possível constatar que há certo equilíbrio entre aqueles que se sentiram atraídos pela participação ativa na gestão dos recursos públicos em razão das facilidades proporcionadas pelos portais de transparência, demonstrando que há carências de políticas de incentivos à participação e/ou que aperfeiçoamento deste mecanismo de controle social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar o exercício do Controle Social na gestão dos recursos públicos, por parte dos estudantes dos cursos de Ciências Contábeis, Econômicas e Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a partir da utilização dos Portais da Transparência. Realizou-se um questionamento aos alunos alvos



deste trabalho, onde foi indagada a influência dos portais da transparência na realização do controle social exercido por aqueles discentes.

Dessa forma, os principais resultados da pesquisa foram que as informações pesquisadas nos portais da transparência são classificadas como de fácil entendimento, com exceção da percepção dos alunos com menor idade e aqueles com idade mais avançada. Assim como a informação mais requisitada nos portais da transparência foi à remuneração dos servidos, demonstrando que pode haver vieses por detrás desse interesse que não está diretamente ligado ao controle social.

Os dados ainda mostraram que a maioria dos participantes classificou como importante ou muito importante à participação dos portais da transparência no exercício do controle social. No entanto, quanto à participação dos alunos no controle social 61,31% deles consideram como pouco relevante. E, ainda, a maioria dos participantes afirmaram que os portais da transparência não os influenciaram sua participação mais ativa no controle social.

A despeito disso, os resultados desta pesquisa corroboram com os trabalhos de Cruz e Ferreira (2008), Pinho (2008) e Hosser et al. (2015) no sentido destas terem verificado avanços do controle social com a implementação dos portais da transparência, ao passo que reconhecem que há muito o que se melhorar com relação às informações dispostas nesses canais e o estímulo que se é dado a sociedade para o exercício do controle social.

Pinho (2008) destaca que essas melhorias não dependem de mecanismos tecnológicos, mas sim de um efetivo compromisso do gestor com a comunidade. Com relação à efetiva participação social, Figueiredo e Santos (2014) afirmam que este é um processo lento e que seus desdobramentos são percebidos no longo prazo.

Dessa forma, este trabalho vem colaborar com o estudo do controle social no Brasil, de modo a estimular a participação dos brasileiros na fiscalização dos recursos públicos que são aplicados, assim como fomentar a exigência dos movimentos sociais por mais transparência na administração pública. Como também, contribuir com os estudos realizados anteriormente, uma vez que estes não se debruçaram sobre a percepção do cidadão quanto ao modo de apresentação das informações prestadas pelos portais da transparência.

### REFERÊNCIAS

Agenda Pública. (2011). GUIA PRÁTICO PARA CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS MUNICIPAIS: FASCÍCULO 2: Controle social das políticas públicas. . Acesso em 22 de Fevereiro de 2016, disponível em [http://agendapublica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/fasciculo2\\_Guia-Conselheiros.pdf](http://agendapublica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/fasciculo2_Guia-Conselheiros.pdf)

Brasil. (2000). Lei Complementar Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000. Acesso em 01 de Março de 2016, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)

Brasil. Lei Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Acesso em 07 de Março de 2016, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)

Campos, R., Paiva, D., & Gomes, S. (2013). Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás. Acesso em 03 de Março de 2016, disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/3399/339930939012.pdf>

Campos. (1990). ACCOUNTABILITY: QUANDO PODEREMOS TRADUZIR PARA O PORTUGUÊS? Acesso em 16 de Fevereiro de 2016, disponível em <https://accountabilityadmpublica.wikispaces.com/file/view/Accountability-+Quando+poderemos+traduzi-la+par+o+portugu%C3%AAs+-+Anna+Maria+Campos.pdf>



- Controladoria-Geral da União - CGU. (2012). 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social – Consocial. Acesso em 29 de Fevereiro de 2016, disponível em [http://www.cgu.gov.br/assuntos/controle-social/consocial/arquivos/relatorio-final/consocial\\_relatorio\\_executivo\\_final\\_16012013.pdf](http://www.cgu.gov.br/assuntos/controle-social/consocial/arquivos/relatorio-final/consocial_relatorio_executivo_final_16012013.pdf)
- Cruz, C. F. e Ferreira, A. (2008). TRANSPARÊNCIA NA ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ORÇAMENTO MUNICIPAL: UM ESTUDO EM UM MUNICÍPIO BRASILEIRO. Acesso em 22 de Junho de 2016, disponível em <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-09/index.php/uerj/article/viewFile/31/31>
- Escola de Administração Fazendária – Esaf. (2014). GESTÃO DEMOCRÁTICA DOS RECURSOS PÚBLICOS. Acesso em 15 de Fevereiro de 2016, disponível em <http://www.educacaofiscal.sp.gov.br/contents/Caderno%204.pdf>
- Figueiredo, V. d., e Santos, W. J. (2014). Transparência e participação social da gestão pública: análise crítica das propostas apresentadas na 1ª Conferência Nacional sobre Transparência Pública. Acesso em 23 de Fevereiro de 2016, disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rcc/issue/view/1749>
- Hosser, C., Cruz, A., Machado, D., e Quintana, A. (2015). PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE PORTO ALEGRE E PELOTAS. Acesso em 22 de Fevereiro de 2016, disponível em [http://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/viewFile/53383/pdf\\_53](http://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/viewFile/53383/pdf_53)
- Ministério da Fazenda - Secretaria do Tesouro Nacional. (2012). MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO; PARTE V – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO. Acesso em 5 de Março de 2016, disponível em [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/Parte\\_V\\_-\\_DCASP.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/Parte_V_-_DCASP.pdf)
- Pereira, M., Silva, W., e Araújo, E. (2014). Análise da Produção Científica sobre Accountability na Área de Administração Pública. Acesso em 16 de Fevereiro de 2016, disponível em <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/369.pdf>
- Pinho, J. A. (2008). Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. Acesso em 22 de Junho de 2016, disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/2410/241016451003.pdf>
- Santos, H. M. (2004). CONTROLE SOCIAL E GESTAO PUBLICA:(ensaio sobre o uso de indicadores de desempenho para ampliação da Democracia Participativa. Acesso em 24 de Agosto de 2016, disponível em <http://www.saneamentobasico.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/02/CONTROLE-SOCIAL-E-GESTAO-PUBLICA1.pdf>
- Santos, J. F., & Kuneski, M. (2009). TRABALHO ACADÊMICO: Manual de TCC e Trabalhos Acadêmicos. Acesso em 13 de Abril de 2016, disponível em [http://www.bm.edu.br/fatesc.edu.br/wp-content/blogs.dir/3/files/pdf/Manua\\_do\\_academico\\_-\\_27-04-08.pdf](http://www.bm.edu.br/fatesc.edu.br/wp-content/blogs.dir/3/files/pdf/Manua_do_academico_-_27-04-08.pdf)
- Serafim, L. (2008). Controle social: que caminhos? Acesso em 29 de Fevereiro de 2016, disponível em <http://www.polis.org.br/uploads/1243/1243.pdf>
- Souza, F. J., Barros, C., Araujo, F., & Silva, M. (2013). ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL: UM ESTUDO NOS MUNICÍPIOS. Acesso em 21 de Junho de 2016, disponível em <http://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/373/442>